

CONTINUAÇÃO

ASSOCIAÇÃO DE SAÚDE, ESPORTE, LAZER E CULTURA - ASELCO/SS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (EM REAIS)

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Em Reais)					
1 Contexto operacional A Associação de Saúde, Esporte, Lazer e Cultura ("Entidade" ou "ASELC"), é uma pessoa jurídica de direito privado constituída sob a forma de associação de caráter Social e Assistencial, com sede na cidade de Belém, Estado do Pará, cadastrada no CNPJ sob o Nº 09.055.340/0001-94, constituída em 2006 e qualificada como Organização Social de Saúde (OSS) em 11 de junho de 2018 por meio do Decreto do Governo do Estado do Pará nº 2.104. Em 04 de dezembro de 2018 a ASELC foi homologada vencedora do Processo de Seleção para Operacionalização do Hospital Regional Público do Araguaia em Redenção ("HRPA") por meio do Contrato de Gestão nº 005/SESPA/2018 – Processo nº 2018/551030, com vigência de 60 meses, por meio do termo inicial na data de 07 de dezembro de 2018 e termino em 06 de dezembro de 2023. O Governo do Estado do Pará, através de sua Secretaria de Estado de Saúde-SESPA, instituiu a comissão de acompanhamento e fiscalização que acompanha a execução do contrato e a verificação periódica do desenvolvimento das atividades e resultados obtidos com a aplicação dos recursos sob gestão da ASELC no HRPA. A prestação de contas é apresentada de forma mensal à SESPA e leva em consideração: (i) relação dos valores financeiros repassados; (ii) relatório consolidado da produção contratada versus produção realizada; e (iii) relatório consolidado do alcance das metas de qualidade (indicadores).					
a. COVID 19 A pandemia do novo corona vírus afetou praticamente todos os setores da economia, com paralisação de diversas atividades, implementação de medidas de restrição ao fluxo e à concentração de pessoas, redução da produção e isolamento social o que fragilizou as economias de forma geral, incluindo quarentena e lockdown ao redor do mundo. A Entidade, por operar na área da saúde, foi impactada pelo surto da covid-19 nos elencados aspectos que seguem, cabendo dizer que não houve, por conta do cenário trazido pela pandemia do novo corona vírus, situação de perda de valor de recuperação dos ativos da operação.					
Atendimento assistencial a pacientes e a colaboradores: A Entidade ampliou serviços ambulatoriais para atender especificamente casos suspeitos de covid-19, seja no diagnóstico, seja no atendimento propriamente dito; Foram fornecidos equipamentos específicos de proteção, de acordo com as determinações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Ministério da Saúde, para todos os colaboradores assistenciais, operacionais e administrativos. As equipes técnicas das áreas de Segurança do Trabalho e de Medicina Ocupacional estiveram à frente dos processos de orientação e monitoramento do uso dos equipamentos de proteção individual (EPI); e Todas as ações direcionadas à prevenção da covid-19 foram suportadas por amplo programa de comunicação interna e todos os protocolos da área assistencial foram disponibilizados para acesso em tempo integral. Adaptar a capacidade hospitalar em resposta à pandemia com ações de preparação e prontidão, passou a ser nosso maior objetivo, reorganizando o atendimento, ampliando leitos de UTI e abastecer-nos com EPI, sobretudo máscaras, luva e avental de proteção, que passaram a ser produtos em escassez no mercado ou com preços muito a cima do que era praticado.					
Operacional: Diante deste panorama de distanciamento social, uma parcela considerável dos atendimentos eletivos, que não se enquadram como urgência ou emergência, foi suspensa, refletindo em uma queda significativa na demanda por serviços médicos no período. Aumento significativo da demanda por determinados insumos, materiais e/ou equipamentos, como o que decorreu da pandemia do COVID-19, resultou em escassez de tais insumos e materiais, o que gerou aumentos significativos de seus respectivos preços, aumentando, consequentemente, os custos com materiais e medicamentos da Entidade. Falta de respiradores nos leitos hospitalares está entre as principais dificuldades enfrentadas na pandemia. Sobretudo ocorreu também impacto nas verbas trabalhistas dos nossos colaboradores, em relação a insalubridade que passou de 20% para 40%, majorando nossas obrigações como empregador, bem como nos valores dos plantões médicos, devido à escassez do profissional por aumento da demanda no mercado, em virtude da expansão de leitos de COVID-19 (principalmente UTI), bem como pela complexidade da atividade e risco do profissional. Durante o período de pandemia recebemos doações de EPI e álcool em gel de algumas empresas, que foram devidamente contabilizadas. Os impactos relacionados a pandemia, os quais possuem certo grau de incerteza quanto à sua duração e severidade e que, portanto, não podem ser mensurados com precisão neste momento, continuarão a ser acompanhados e monitorados pela Entidade.					
2 Base de preparação					
b. Declaração de conformidade As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo a ITG 2002 (R1) – Entidade Sem Finalidade de Lucros. A emissão das demonstrações foi autorizada pela Diretoria Administrativa em 31 de maio de 2021.					
c. Base de mensuração As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.					
d. Moeda funcional e moeda de apresentação Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em real, exceto quando indicado de outra forma.					
e. Uso de julgamentos e estimativas e premissas A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas brasileiras de contabilidade exige que a administração faça julgamentos e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.					
Julgamentos As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. A Entidade para o exercício findo de 31 de dezembro de 2020, não possui nenhuma transação contábil na qual foram aplicadas julgamento quanto a sua contabilização.					
Estimativas e premissas As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2020 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:					
• Nota explicativa nº 13 - Provisão para contingências.					
3 Principais políticas contábeis As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.					
a. Caixa e equivalentes a caixa Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Entidade considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, qualifica-se como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.					
b. Contas a receber - Contrato de Gestão As contas a receber sobre a parcela mensal definida conforme Contrato de Gestão Estadual, são registradas de acordo com seu período de competência.					
c. Estoques Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques estão relacionados, principalmente, a medicamentos para serem utilizados junto aos pacientes atendidos. O custo dos estoques é baseado no princípio de custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição e outros custos incorridos para trazê-los às suas localizações e condições existentes. Os estoques recebidos em doação, ou seja, sem contraprestações, são mensurados pelo seu valor justo, mensuração efetuada pela administração baseada no último preço de aquisição dos itens recebidos como doação. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado. A Entidade avalia periodicamente a composição e giro dos seus estoques a fim de identificar quebras dos processos produtivos, divergências de estoques e existência de itens obsoletos e de baixo giro. Os fatores de risco são gerenciados à medida das realizações dos inventários realizados ao longo do exercício, e em relação à obsolescência, a partir da avaliação quanto ao giro de estoques e também data de vencimento, caso seja identificado algum fator de risco a provisão de itens obsoletos é reconhecida em contrapartida ao resultado do exercício.					
d. Imobilizado - ASELC					
(i) Reconhecimento e mensuração Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Os itens adquiridos com verba própria da Entidade e/ou recebidos como doação de terceiros, os quais são utilizados nas atividades operacionais do hospital, poderão, de acordo com a aprovação da administração, ser doados e incorporar o patrimônio do Hospital e por consequência o da Secretária Estadual de Saúde do Pará – SESPA.					
(ii) Depreciação A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes: <table><tr><td>Equipamentos de processamento de dados</td><td>5 anos</td></tr><tr><td>Móveis e máquinas</td><td>5 anos</td></tr></table> Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.		Equipamentos de processamento de dados	5 anos	Móveis e máquinas	5 anos
Equipamentos de processamento de dados	5 anos				
Móveis e máquinas	5 anos				
e. Imobilizado – Bens públicos em nosso poder					
(i) Reconhecimento e mensuração Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. A Organização Social de Saúde (OSS) deve usufruir apenas do direito de uso dos bens. A escrituração contábil de custos e depreciação está a cargo da Secretaria do Estado de Saúde do Pará (SESPA). Os itens do ativo imobilizado da Entidade são bens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela Entidade, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da concessão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou de outros fatores específicos. No passivo, a contrapartida dos bens foi registrada na rubrica de "bens públicos em nosso poder", de acordo termo de permissão de uso emitido pela Secretária do Estado de Saúde do Pará (SESPA). Os equipamentos, instrumentos e quaisquer bens permanentes, que porventura venham a ser adquiridos com recursos oriundos do contrato de gestão, serão incorporados ao patrimônio do Estado do Pará, devendo a Entidade entregar a Secretaria de Saúde do Estado do Pará SESPA, documentação necessária ao processo de regularização da incorporação dos referidos bens.					
f. Instrumentos financeiros A Entidade classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio do resultado e mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação de seus ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Entidade não possuía ativos financeiros classificados na categoria de mensurados ao valor justo por meio do resultado e mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A Entidade classifica seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva dos juros. Durante os exercícios de 2020 e 2019, a Entidade não contratou operações com instrumentos financeiros derivativos. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Entidade: caixa e equivalentes de caixa, e contas a receber. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Entidade são: fornecedores e outras contas a pagar. Instrumentos financeiros derivativos Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2020 e 2019.					
g. Redução ao valor recuperável (impairment) Ativos financeiros (incluindo recebíveis) Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A Administração da Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão.					
h. Benefícios a empregados A Entidade não mantém planos de pensão, previdência privada ou outro plano de aposentadoria para os empregados e dirigentes, e também não mantém plano de benefícios a dirigentes e empregados na forma de planos de bônus ou de participações.					
i. Provisões Provisões são reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Entidade espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.					
j. Patrimônio líquido Representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido ou reduzido dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição e são empregados integralmente nos objetivos sociais da Entidade.					